


A zona deprimida do Contestado e a ausência de espaços de lazer em pequenas cidades

The depressed zone of the Contestado and the lack of leisure spaces in small cities

La zona deprimida de los Contestado y la ausencia de espacios de ocio en las pequeñas ciudades

Jaqueline Telma Vercezi^I , Angela Maria Endlich^{II} 

^I Universidade Estadual de Londrina , Londrina, PR, Brasil

^{II} Universidade Estadual de Maringá , Maringá, PR, Brasil

RESUMO

Este trabalho teve o cunho exploratório e qualitativo, possibilitando reflexões sobre a realidade dos municípios de Calmon, Irani, Lebon Régis, Matos Costa, e Timbó Grande, no estado de Santa Catarina, Municípios onde ocorreu a Guerra do Contestado. Evidenciou-se o esfacelamento da identidade do povo caboclo que ali viveu e que, hoje, arrastam a ausência do reconhecimento e do pertencimento daquela terra. A Guerra do Contestado expressou um profícuo jogo de interesses, gerando uma população descontente e relegada às incursões dos que detinham o poder. Esses municípios conquistaram autonomia política, mas devido às políticas públicas vinculadas à gestão municipal, nem todos contemplam estímulos para reter a população e gerar dinâmica econômica. Boa parte dos municípios apresenta uma economia retraída e vinculada ao setor primário da economia. A pequena expressividade contemplada no setor terciário está vinculada aos pequenos estabelecimentos locais e a prestação de serviços em órgãos públicos, reafirmando o bolsão de pobreza existente no centro-oeste catarinense. São destacados ainda, os poucos investimentos em equipamentos de lazer, na grande maioria, pela iniciativa privada, onde o espaço público passa a dispor de equipamentos de péssima qualidade ou são inexistentes. A maior parte dos municípios do Contestado favorece o enclausuramento da população, justamente por não terem possibilidades de lazer em logradouros públicos, induzindo o consumo do seu tempo de ócio em suas próprias residências, quando muito uma vez por semana em eventos religiosos como missas e cultos ou oportunamente bailes, ou até mesmo jogando a famosa “pelada” em terrenos baldios com campos de futebol improvisados.

Palavras-chave: Contestado; Espaços de lazer; Pobreza

ABSTRACT

The work in question had an exploratory and qualitative character, allowing us to reflect on the reality of the municipalities of Calmon, Irani, Lebon Régis, Matos Costa, and Timbó Grande in the state of Santa Catarina. Municipalities where the Contestado War took place. It was evident the rupture of the identity of the caboclo people who lived there and that today, there is a lack of recognition and belonging to that land. The War of the Disputed expressed a fruitful game of interests, generating a discontented population and relegating it to the incursions of those who held power. These municipalities have gained political autonomy, but due to public policies linked to municipal management, not all contemplate incentives to retain populations and generate economic dynamics. Most municipalities have a shrinking economy and are linked to the primary sector of the economy. The small expressiveness contemplated in the tertiary sector is linked to small local establishments and the provision of services in public agencies, reaffirming the existing poverty pocket in the center-west of Santa Catarina. It was also evident the scarce investments in leisure equipment, mostly by private initiative, where public space now has poor quality or non-existent equipment. Most of the municipalities of the Contestado favor the confinement of the population, precisely because they do not have leisure possibilities in public places, inducing the consumption of their free time in their own homes, at most once a week in religious events such as masses and cults or opportune dances, or even playing the famous “pelada” in vacant lots with improvised soccer fields.

Keywords: Contestado; Leisure spaces in the city; Poverty

RESUMEN

El trabajo en cuestión tuvo un carácter exploratorio y cualitativo, permitiendo reflexionar sobre la realidad de los municipios de Calmon, Irani, Lebon Régis, Matos Costa y Timbó Grande, en el estado de Santa Catarina. Municipios donde tuvo lugar la Guerra del Contestado. Era evidente la ruptura de la identidad del pueblo caboclo que allí vivía y que hoy, arrastran la ausencia de reconocimiento y pertenencia de esa tierra. La Guerra del Contestado expresó un fructífero juego de intereses, generando una población descontenta y relegada a las incursiones de quienes ostentaban el poder. Estos municipios han ganado autonomía política, pero debido a las políticas públicas vinculadas a la gestión municipal, no todos contemplan estímulos para retener población y generar dinámicas económicas. La mayoría de los municipios tienen una economía en contracción y vinculados al sector primario de la economía. La pequeña expresividad contemplada en el sector terciario está vinculada a los pequeños establecimientos locales y a la prestación de servicios en organismos públicos, reafirmando la bolsa de pobreza existente en el centro-oeste de Santa Catarina. También se evidenció las escasas inversiones en equipamiento de ocio, en su gran mayoría, por parte de la iniciativa privada, donde el espacio público cuenta ahora con equipamientos de mala calidad o inexistentes. La mayoría de los municipios del Contestado favorecen el encierro de la población, precisamente porque no tienen posibilidades de ocio en lugares públicos, induciendo al consumo de su tiempo libre en sus propios hogares, como mucho una vez a la semana en eventos religiosos como misas y cultos o bailes oportunos, o incluso jugando al famoso “desnudo” en lotes baldíos con canchas de fútbol improvisadas.

Palabras-clave: Contestado; Espacios de ocio en la ciudad; Pobreza

1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Falar sobre cidades pequenas em uma área socioeconomicamente deprimida¹ (Santos, 1993, p.74) se torna um desafio, pois possuem características diferenciadas quando consideramos a realidade de outras cidades pequenas no sul do país. As cidades aqui apontadas se assemelham às cidades pequenas localizadas distantes de grandes centros econômicos do Estado de Santa Catarina, embora com particularidades advindas de um processo histórico muito arraigado nas heranças da Guerra do Contestado, sinalizando feições socioeconômicas existentes no contexto regional. Nelas, a localização desponta como elemento fundamental para compreender as diferenças nas configurações tanto dos papéis desempenhados na região quanto na dinâmica interna delas.

Para fazer alusão ao procedimento que envolve essas reflexões, foi definido o recorte espacial desse objeto de estudo após uma viagem para a região onde ocorreu a Guerra do Contestado. Os locais visitados despertaram reflexões sobre o território, considerando a realidade dos municípios de Calmon, Irani, Lebon Régis, Matos Costa, e Timbó Grande, situados na “zona deprimida socioeconomicamente²” do estado de Santa Catarina³ (Figura 1). Logo, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, apresentando uma abordagem qualitativa.

Para a estruturação da presente reflexão, foi utilizado um embasamento teórico, que norteou as reflexões e os direcionamentos das interpretações dos dados empíricos do objeto do estudo, evidenciando a atuação de agentes sociais e do Estado como determinantes para a construção da identidade do recorte espacial em questão. Foram vinculados dados coletados junto ao IBGE⁴, o Atlas de Desenvolvimento dos Municípios, PNUD/IPEA 2013 e dados da SEF-SC - Secretaria de Estado da Fazenda entre 2006 e 2012:

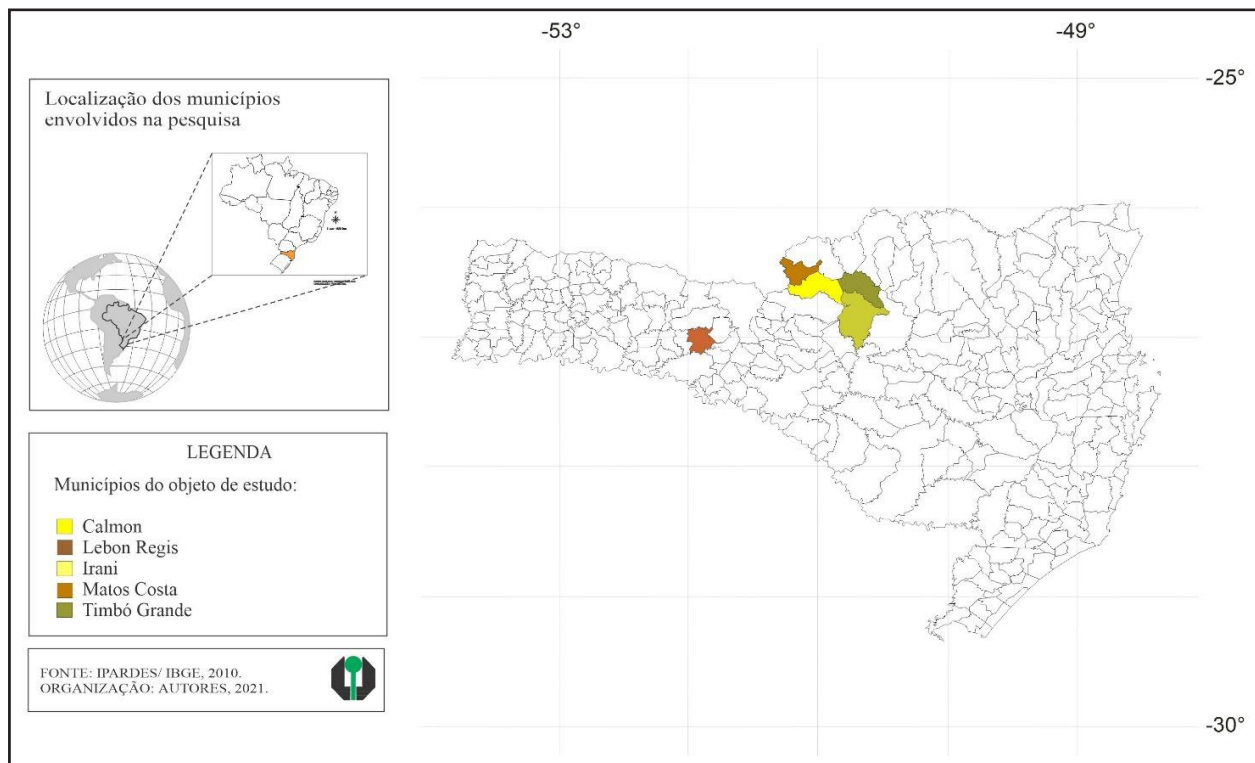
¹ Milton Santos em seu livro a Urbanização Brasileira (1993, p. 74/75) considera que regiões deprimidas caracterizam-se por apresentarem demandas do mundo rural como sendo qualitativas e quantitativas menores, porque os níveis de renda são baixos e a modernização agrícola é inexistente, pontual ou incompleta, e desse modo, a cidade preside a uma vida de relações que é ainda próxima do tradicional, através da conhecida dicotomia rural-urbana.

² Considera-se aqui as reflexões contidas no trabalho intitulado Reflexões epistemológicas sobre os “territórios de identidade” de Carlos Ritter (2011).

³ Timbó Grande pertencente à Mesorregião Norte Catarinense (microrregião de Canoinhas); na Mesorregião do Oeste Catarinense localiza-se Irani (microrregião de Concordia), Calmon, Lebon Régis e Matos Costa (microrregião de Joaçaba). Para efeito de delimitação da área objeto de deste estudo foi utilizada a divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁴ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Figura 1 – Estado de Santa Catarina. Municípios do Contestado selecionados como objeto de estudo



Fonte: IPARDES/IBGE, 2010, organizado pelos autores

O objetivo do presente artigo vincula-se à contextualização da realidade geoeconômica dos municípios arrolados em questão e seus desdobramentos, vinculados à qualidade de vida da população e aos espaços de lazer em pequenas cidades.

A sistematização do texto está organizada conforme segue. Em um primeiro momento, procurou-se elaborar um embasamento teórico, intencionando resgatar a história de construção do território do Contestado. Em um segundo momento, o intuito é retratar, ainda que brevemente, o perfil socioeconômico dos municípios abrangidos na análise, e, por fim, refletir sobre a ausência dos espaços de lazer, principalmente a inexistência das praças públicas nos espaços urbanos visitados no trabalho de campo. Esse aspecto encontra-se destacado nesta análise, pois foi um dos aspectos que despertou mais a atenção ao percorrer as referidas áreas. Pensar nessa questão mais específica é parte da tarefa de pensar a condição

social de vida das sociedades locais de pequenas localidades, periféricas não apenas no território, mas também nos aspectos econômicos. Tais reflexões nos permitiu constatar que nas sombras desses municípios a pobreza se esconde e avilta a dignidade daqueles que descendem do homem primitivo (Thomé, 2013) do Contestado.

2 O TERRITÓRIO E A LUTA DO POVO CABOCLO

O perfil de estruturação e desenvolvimento de um território envolve várias dimensões como: as geoeconômicas, ecológicas, culturais, políticas e de ordenação espacial. Apresenta-se historicamente construído e reflete as interrelações dos agentes sociais, econômicos e institucionais, possibilitando às concentrações populacionais apresentarem identidades próprias aos espaços em que estão inseridas, esboçando interações de toda ordem.

É mediante tal contexto que o território do Contestado se insere, evidenciando na história, ações esfaceladoras da identidade do povo caboclo que ali viveu e que, hoje, esse mesmo povo não tem o reconhecimento de pertencer a essa terra. Condição que está evidenciada nas palavras de Fraga e Ludka (2012, p. 4): “[...] Aqui, o viés da territorialidade se dá no interior da fronteira da complexidade étnica num critério selecionador, quando atingiu os direitos daqueles que já haviam conquistado por ocupação e usufruto a terra”.

Ao utilizar a expressão “território”, referenciamos a uma estrutura espacial baseada em inúmeras relações. Para o objeto de estudo em questão, adotaremos a do pertencimento, arraigado ao pertencer está o sentimento e a identidade. Assim, o território exhibe relações sociais e políticas representadas em um determinado espaço, indo além de uma simples circunscrição ou identificação de coisas ou lugares, resultando na personificação de valores, normatizações e identidades.

Para Souza (2000, p.78) o território é: “[...] definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...]” que não é restrito ao Estado. Dessa forma, o território deve ser compreendido em suas inúmeras variáveis e com diversas funções:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (Raffestin, 1993, p. 144).

Nessa gama complexa das múltiplas dimensões territoriais, da extensão e relações que ela abarca, adentramos na questão das dinâmicas territoriais impressas pelo tempo, evidenciando a identidade sociocultural estabelecida pela Guerra do Contestado. Suas marcas estão evidenciadas ao longo de mais de cem anos de arbitrariedades e espoliação da dignidade dos caboclos que ali lutaram pelo direito de pertencimento. Boa parte dos municípios e seus habitantes, pertencentes à Região do referido embate, convivem em um território que hoje se apresenta estagnado e sem políticas públicas que os conduzam ao desenvolvimento.

Refletir sobre o contexto do território onde ocorreu a Guerra do Contestado, permite-nos considerar que inúmeros fatores se sobrepuseram para que eclodisse a Guerra. Essa que foi tida por inúmeros estudiosos da questão como uma das mais sangrentas e expressivas revoltas camponesas em nosso país (Galeano, 1986). Além disso, ela ocorreu entre 1912 e 1916, envolvendo porções do território ao norte de Santa Catarina e sul do Paraná (Figura 2). Nas palavras de Walmor Santos (2009), um dos fatores de maior notoriedade está vinculado à indefinição dos limites entre as províncias do Paraná com Santa Catarina.

Como reflexo da Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1835 e 1845, o governo imperial achou necessário que se rompesse a relação dos liberais gaúchos com os liberais paulistas e para tanto criou uma nova província. No entanto, apenas em 1853, houve a fundação da província do Paraná, mas sem a definição de limites precisos: “Esta é a raiz mais antiga da contestação de terras pelos estados do Paraná e de Santa Catarina” (Santos, 2009, p.22).

Segundo Fraga (2010), a Guerra do Contestado foi um episódio complexo, que entrelaçou fatores de ordem social, política, econômica, cultural e religiosa. Um dos elementos marcantes que também contribuiu para o conflito na região

contestada foi a vinda da Estrada de Ferro (Figura 2). Essa estrada tinha como intuito do governo imperial a integração e povoamento do interior de Santa Catarina e Paraná, conectando o Brasil do Sul ao Brasil Centro-leste.

A construção da ferrovia, São Paulo – Rio Grande do Sul, foi executada pela multinacional Brazil Railway, e o governo concedeu aos construtores quinze quilômetros de cada lado da ferrovia para explorar madeira e erva-mate, desalojando à força, por vários anos, os caboclos da região.

As palavras de Nilson Cesar Fraga retrata com propriedade o que foi tal articulação:

Objetivando rapidamente colonizar as terras que havia obtido em pagamento pela construção da estrada de ferro, a Brazil Railway, em 1911, tratou de colocar para fora de seus domínios todas as pessoas que ocupavam terras e que não possuíam títulos de propriedade. Tal iniciativa, bem como a própria concessão feita à Companhia, contrariava a chamada Lei de Terras de 1850. Mas o governo do Paraná reconheceu os direitos da empresa (Fraga, 2010, p.123)

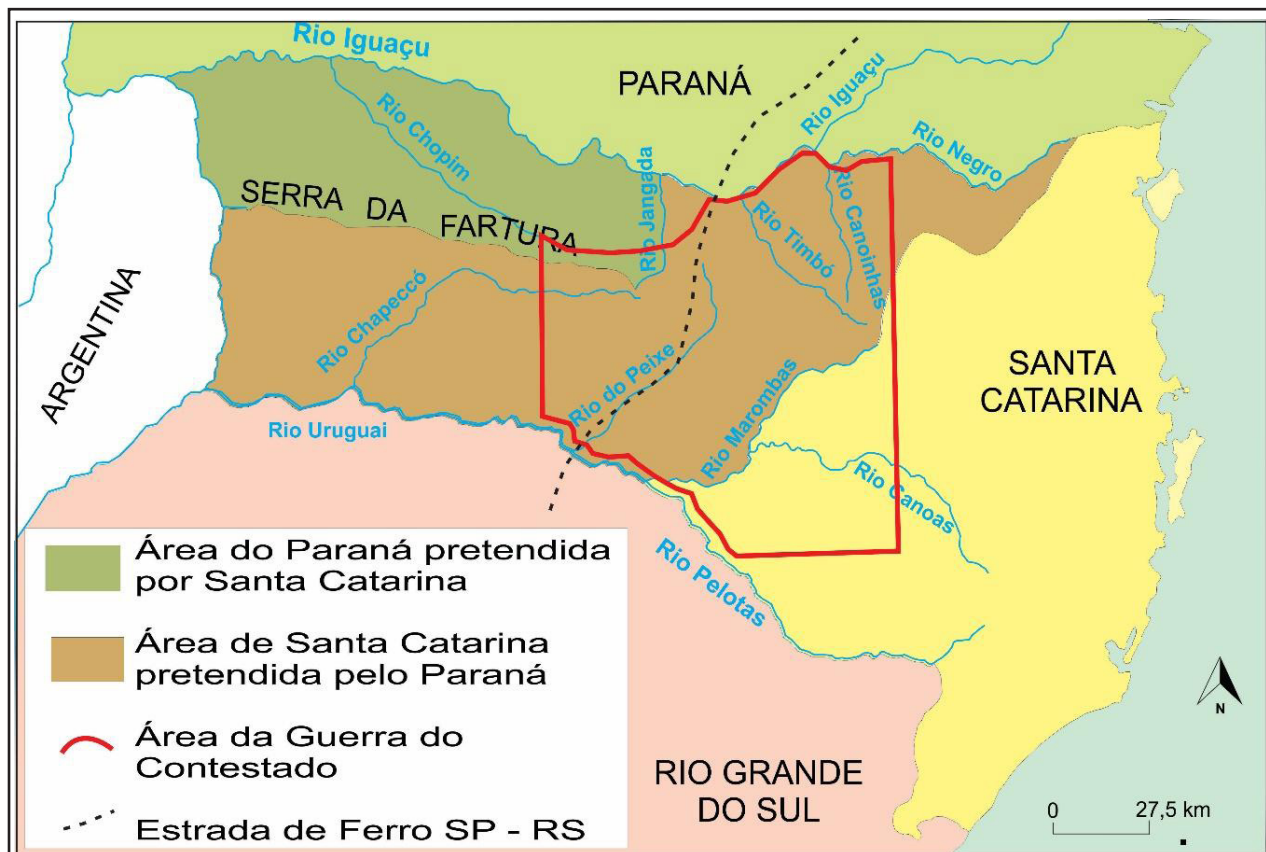
Outro elemento que contribuiu para que a Guerra aflorasse, foi a instalação de madeireiras na região. A empresa Southern Brazil Lumber & Colonization, maior companhia madeireira da América do Sul, montou a sede em Três Barras (SC) e uma madeireira menor em Calmon (SC). Frente à essa iniciativa estava o povo da região em litígio, que vivia em precárias condições, totalmente negligenciados de assistência, situação essa agravada pelo fim do Império e o advento da República (Santos, 2010).

Nesse contexto de estruturação da Lumber na região, esta foi espraiando a sua atuação através da aquisição de 180 mil hectares ao sul dos rios Negro e Iguaçu e passou a impor o processo de expulsão de inúmeros camponeses que lá viviam. Foi nessa conjuntura que os espoliados da terra junto com os muitos que se viram sem trabalho com o fim da construção da estrada de ferro passaram a se unir por meio do messianismo já existente nas terras contestadas.

Fizeram parte desse processo messiânico três monges denominados de: João Maria (O primeiro monge, João Maria de Jesus), o segundo Atanás ou Astanás Markaff e o

terceiro com o nome de “Miguel Lucena de Boaventura” (Cabral, 1960. p. 180). Segundo estudiosos da questão, a figura religiosa desses três monges se fez imprescindíveis para a compreensão do contexto histórico que precedeu e acompanhou o conflito na Região do Contestado.

Figura 2 – Área do Contestado



Fonte: AFONSO, Eduardo J. O Contestado. São Paulo. Ática, 1994, p. 20. (Adaptado pelos autores, 2021)

Nas palavras de Cordeiro (2013), a concepção e a ideologia religiosa acabavam por se vincular às profecias propaladas de que após a morte sempre havia alguém para suceder o que se foi, perpetuando no sertão à ideia de que os monges mesmo após a morte, ainda continuariam em batalhas, liderando e lutando ao lado de expropriados da terra, da educação e da saúde.

A Guerra do Contestado expressou um profícuo jogo de interesses por parte daqueles que manipulavam o sistema, acumulando capital de forma espúria; uma população descontente e relegada às incursões dos que detinham o poder, que

manipulavam questões governamentais de forma tendenciosa, ou seja, a região expressou interesses e ideologias que se antagonizavam no recorte territorial contestado. Segundo Santos (2010):

Do lado dos defensores da República e dos defensores dos coronéis, os quais usurparam as terras daqueles camponeses que não tinham registros, a guerra foi um laboratório de experiências para o Exército Brasileiro, pois foram mobilizados dois terços do Exército Brasileiro, milícias estaduais e forças paranaenses. Foi um grande teste do exército moderno, porque, pela primeira vez na América Latina, utilizaram-se aviões com fins militares, bombas de fragmentação e aprimoradas técnicas de contra-insurgência, os quais apenas foram esboçados na Guerra de Canudos. De ambos os lados imperou a barbárie, o que pode ser uma das justificativas para almejar o esquecimento de tão culposas lembranças (Santos, 2010, p. 3).

Em realidade, ao refletir sobre a questão centenária do grande combate expressado pela Guerra do Contestado, podemos dizer que os efeitos dessa Guerra ainda persistem, pois os caboclos da região continuam firmes pela luta da sua sobrevivência, do reconhecimento e do pertencimento daquelas terras que outrora foram dos seus familiares.

3 A GÊNESE E A FRAGILIDADE DA CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS EM QUESTÃO

Na estrutura socioeconômica que paulatinamente foi sendo imposta no território do Contestado, o que se assistiu e ainda se perpetua é a manipulação dos meios em benefício dos ditos detentores do modo de produção e gestão daquele território.

Para refletirmos sobre algumas nuances no/do Contestado, objeto deste estudo, referenciamos os territórios municipais que dizem respeito a limites político-administrativos. Porém, vinculados a essa discussão, fenômenos de diversas ordens vão além desses limites, sobrepujando-os. Logo, compreender a área de abrangência desse processo significa delinear espaços com os mesmos potenciais e precariedades.

Resgatar o processo histórico de ocupação, remete-nos ao contexto do início

do século XIX, quando criadores de gado foram estruturando suas propriedades e trazendo consigo agregados de origem mestiça para trabalharem como empregados e que posteriormente sofreram os embates da falta de possibilidades em trabalhar na terra. De acordo com Freddo e Pereira (2007):

Os agregados se viram forçados a abandonar as fazendas de criação de gado em que trabalhavam, porque estas, apesar de serem grandes propriedades, não tinham condição de absorver toda a mão de obra disponível, representada pelos próprios agregados e por seus filhos em idade de trabalhar (Freddo; Pereira, 2007, p. 42).

Segundo Thomé (2003), o território do Contestado apresenta uma configuração geográfica e histórica que abarca cerca de 60 municípios, isso por que possuem em comum registros históricos da frente pioneira de ocupação como: reminiscências das nações indígenas; as incursões dos bandeirantes paulistas; dos curitibano-paranaenses e dos gaúchos rio-grandenses; todo o contexto e reflexos da Guerra do Contestado e ainda a questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, na disputa pela definição de suas fronteiras entre 1853 a 1917.

Diante do próprio contexto histórico e socioeconômico do recorte territorial em questão, torna-se imprescindível mencionar o reflexo e a significância dos movimentos revolucionários da República Velha no Sul do País; as questões fundiárias aprofundadas pela atuação da multinacional e da construção da ferrovia; a dominação política centrada nas mãos de alguns poucos coronéis; o processo de colonização pelos imigrantes; a expressividade do que foi a entrada do capitalismo internacional e a instauração da industrialização, principalmente com a atuação das madeireiras (Thomé, 2003).

A gama variada de elementos, que atuaram no território do Contestado, foi reforçada pela eletiva colonização ocorrida no início do século XX que acabou por se concretizar concomitantemente e se sobrepondo à construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul empreendida entre 1908-1910.

A subsidiária da construtora da estrada de ferro, Brazil Development and Colonization Company, estabeleceu uma política de atração de colonos gaúchos (com

origem e descendência de alemães e italianos) a partir de 1909, para se fixarem ao longo do trajeto da ferrovia (Freddo; Pereira, 2007).

No decorrer do processo de apropriação do território em questão, destaca-se que:

Os anos 1916 e 1917 demarcaram um momento de inflexão na história do que hoje denominamos região Oeste Catarinense. O fim da Guerra do Contestado (1916), a assinatura do Acordo de Limites entre os Estados de Santa Catarina e do Paraná (1916), a criação do município de Chapecó (1917) e, ainda nesse mesmo ano, o início de uma política sistemática por parte do governo catarinense de colonização do Oeste com famílias oriundas, em sua grande maioria, de descendentes de imigrantes europeus das “velhas colônias” do Estado do Rio Grande do Sul, trouxeram, com efeito, mudanças significativas na história da região nas décadas seguintes. (Silva; Rosa, 2010, p.139-140)

Mediante tal contexto histórico e sinalizando para o que alguns cientistas sociais da questão afirmam, é que a referida região se encontrava já no final do século XVIII e início do século XIX povoada por grupos sociais (indígenas e não indígenas), atraídos pela extração da erva-mate, retirada da madeira, criação de gado e outras atividades que possibilitaram à sobrevivência das comunidades pertencentes à região.

Ao considerar a parca, embora, existente organização social, econômica e cultural enquanto formas tradicionais da incipiente divisão do trabalho dos mais antigos moradores, verificamos a função de espaço de lentidão aludido por Santos e Silveira (2003, p.263), onde as reordenações caminham e ainda caminham por dinâmicas sociais vinculadas à incipientes transformações.

Levando-se em conta a chegada de novos colonos e os efeitos gerados pelo conflito, a compreensão do uso da terra, da estrutura socioeconômica e dos valores culturais vinculados à uma concepção particularizada mítico-religiosa reforçam um tempo muito próprio, propiciando dinâmicas de reterritorialização⁵ que ocorreram naquela Região, principalmente no início do século XX e após a Segunda Guerra mundial quando novos fluxos de gaúchos (com destaque para os imigrantes italianos e alemães) que se direcionaram para o oeste de Santa Catarina:

⁵ Reterritorialização é o movimento de construção do território (Deleuze; Guattari, 1995, p.224).

Considerando a significativa entrada de estrangeiros, ocorrida em uma primeira instância, o contingente desses habitantes em 1920 era pequeno quando confrontado com o de nativos, posto que naquele ano habitavam o Estado de Santa Catarina 668.743 pessoas, das quais 637.500 eram brasileiras e 31.243 estrangeiras, representando 5% da população estadual. Na mesma época, habitavam o Oeste Catarinense 1.058 estrangeiros ou 4% da população total da região.

Num período de 60 anos, entre 1920 e 1980, a evolução da população no Estado de Santa Catarina, foi de 668.743 habitantes para 3.628.761, equivalendo a quase 5,5 vezes de crescimento, enquanto que no Oeste o aumento foi de 24.650 para 918.458 habitantes, o que significa quase 37,5 vezes de crescimento. A totalidade do crescimento deve-se ao contingente nativo, pois em números absolutos os estrangeiros decresceram quantitativamente no total do Estado, se bem que tivessem aumentado na região do Oeste Catarinense. (Freddo, Pereira, 2007, p. 63)

Seguindo uma tendência de ocupação em novos espaços, vão se configurando territórios pautados em economias agropastoris que se apresentam enquanto processos de subsistência e manutenção da sociedade nessa etapa de apropriação das novas terras. Após a consolidação dessas dinâmicas, é que as atividades vinculadas ao setor secundário e terciário pontualmente vão sendo sistematizadas pela divisão social e territorial do trabalho com estreita relação ao setor primário vinculadas às atividades agropastoris.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o território em questão foi marcado por um processo de apropriação e reintegração do território ao modelo de produção capitalista tardio e incompleto, caracterizado pela sobreposição de grupos sociais apoiados institucionalmente, o que desvelou um processo de confinamento de etnias originárias no território (Rammé, 2011, p. 243).

Ainda nas palavras do referido autor, a presente região só foi estabelecer relações e novas dinâmicas econômicas com outras porções do território por contemplar uma via de passagem vinculadas ao tropeirismo, possibilitando o deslocamento de pessoas e produtos do Rio Grande do Sul direcionadas ao Estado de São Paulo. Associadas a tal contexto, foi se estruturando o cultivo de subsistência pautados na policultura. Mesmo diante de tais possibilidades pertinentes a essa região e à população ali existente, “eram impostas diversas dificuldades como a inexistência de vias e a distância de mercados consumidores e carência de circulação de moeda” (Rammé, 2011, p. 246).

Para contextualizarmos a realidade que envolve os municípios arrolados, enalteçamos e referenciamos a segunda metade do século XX, pois nas décadas que se seguiram houve um processo de divisão administrativa significativo, propiciando a emancipação política e, conseqüentemente, a criação de muitos municípios no território Catarinense. Dentro desse contexto surgem: Lebon Régis (emancipado em 1958) e Matos Costa (1962) ambos desmembrados de Curitibanos; Calmon (1995) desmembrado de Matos Costa; Timbó Grande (1990) desmembrado de Santa Cecília e Irani (1963) desmembrado de Joaçaba.

Esses municípios conquistaram autonomia política, contudo devido às políticas públicas vinculadas à gestão municipal, nem todos contemplam estímulos para reter a população e gerar dinâmica econômica, como é o caso de Matos Costa e Calmon que apresentam índices de retração da população conforme apontado na Tabela 1.

O município de Irani, por sua vez, vem apresentando o maior aumento populacional nas últimas décadas, seguido de Timbó Grande, embora este tenha sido emancipado a apenas três décadas. Já Lebon Régis é o município mais antigo frente aos demais estudados, contemplando a maior expressividade populacional, mas não em índices de crescimento, pois esse apresentou uma redução populacional no censo de 1980 e sem avanços nos três últimos censos (Tabela 1).

O próprio contexto das dinâmicas produtivas contempladas nesses cinco municípios possibilita perceber que o processo de urbanização só se deu em Lebon Régis e Irani especificamente na última década do século XX, conforme dados do censo de 2000, e em Calmon, Matos Costa e Timbó Grande na primeira década do século XXI, tomando como base o censo de 2010.

De um Brasil que hoje já supera os 84% da população, vivendo nas cidades, diferencia-se o contexto dos municípios aqui analisados, onde apenas Irani contempla 68% da sua população morando na cidade, Lebon Régis com 64%, Calmon com 62%, seguido por Timbó Grande com 57% e Matos Costa com 53%. Esses percentuais reforçam a forte relação econômica vinculada ao setor primário da economia.

Tabela 1 – Desruralização e Urbanização vinculadas à alguns municípios do Contestado

Censos	1970		1980		1991		2000		2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Calmon							1.392	2.075	2.115	1.272
Irani	264	5.926	564	5.704	3.291	4.309	5.058	3.544	6.520	3.011
Lebon Régis	2.380	6.807	2.804	5.791	4.415	6.389	6.980	4.702	7.522	4.316
Matos Costa	1.219	4.476	1.351	3.231	1.882	3.113	1.250	1.954	1.465	1.374
Timbó Grande					948	4.012	2.775	3.726	4.083	3.084

Fonte: IBGE, Censos 1970 a 2010 (2022). (Organizado pelos autores)

Para ampliarmos o contexto desses municípios e suas dinâmicas produtivas, resgatamos o perfil produtivo vinculados ao Valor Adicionado⁶ dos setores da economia. As expressividades que estão associadas a eles apontam como exceção a realidade de Timbó Grande, em não ter a maior geração de renda pautada no setor primário da economia. Essa condição é reforçada pela própria história e sistematização da economia de subsistência e policultura no recorte territorial em questão.

Com base nos dados da SEF-SC - Secretaria de Estado da Fazenda entre 2006 a 2012, os municípios que apresentam maior expressividade no Valor Adicionado foi Irani que no período analisado apresentou ascendência entre 90 milhões, chegando em 2012 a gerar próximo a 180 milhões de reais, com expressividade para o setor primário da economia.

Já Timbó Grande apresenta-se como a segunda economia de escala dentre os municípios estudados, alcançando em 2012 próximo de 78 milhões de reais do Valor Adicionado, mas com uma particularidade: apresentam a maior geração de renda no setor industrial. Os demais municípios apresentam uma economia mais retraída e vinculada ao setor primário da economia.

A pequena expressividade contemplada no setor terciário está vinculada aos pequenos estabelecimentos locais e a prestação de serviços em órgãos públicos. Sendo assim, a dinâmica socioeconômica evidenciada de forma particularizada para as

⁶ É uma variável denominada derivada, que traduz conceitos econômico-contábeis.

respectivas particularidades que se estruturam a partir das interações e inter-relações entre os municípios da região contemplam especificidades:

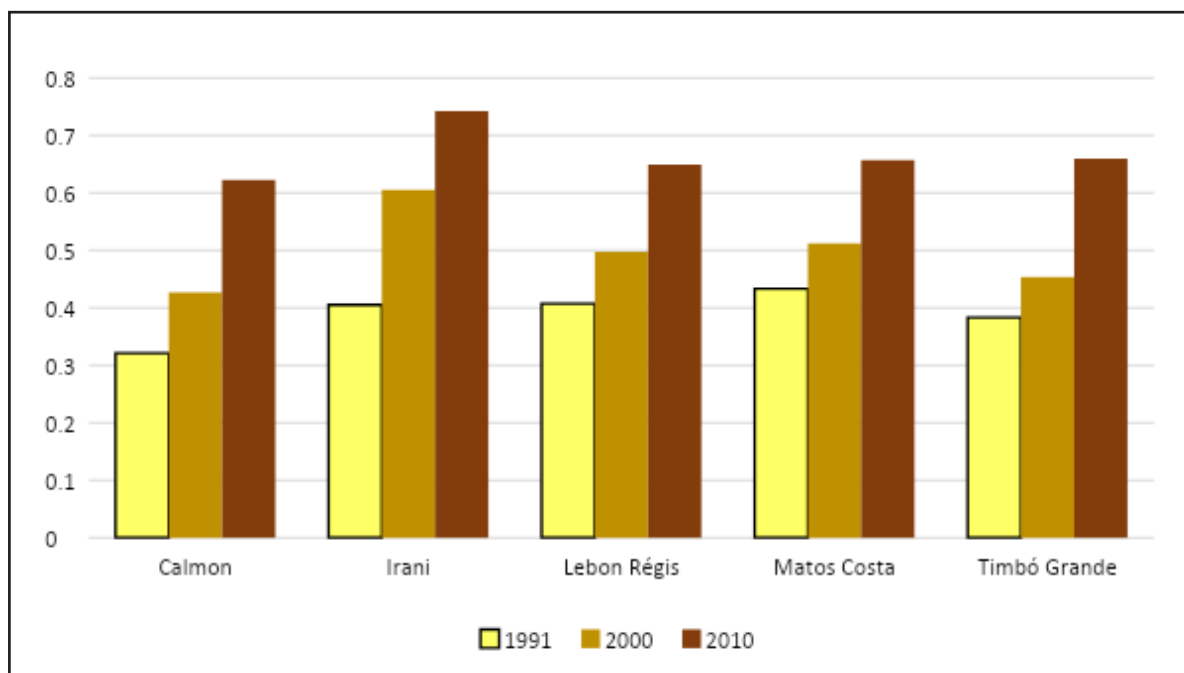
O processo de ocupação e integração econômica e estagnação da região, do ambiente rural e de determinadas cidades de pequeno porte, possui um ciclo reduzido, uma vez que este intervalo temporal (ocupação e esvaziamento) é de menos de um século, podendo persistir por mais algumas décadas e possui importantes impactos no desenvolvimento e na continuidade dos próprios municípios (Rammé, 2011, p. 250).

As transformações socioeconômicas relativamente incipientes quando considerada a própria condição de outras regiões e até mesmo do próprio estado de Santa Catarina como boa parte da porção centro-sul do Brasil, nos permite ressaltar que mesmo diante de espaços de lentidão, é preciso reconhecer as políticas adotadas no Governo Lula que em muito contribuiu para transformar a condição de penúria e pobreza dos municípios que apresentaram uma significativa evolução nos Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM quando analisados entre o período de 1991 a 2010 (Gráfico 1). Quanto às dificuldades econômicas e sociais da área, reportamo-nos ao contexto atual que os municípios arrolados neste estudo apresentam, reafirmando o bolsão de pobreza existente no centro-oeste catarinense.

Refletindo sobre as iniciativas e as emancipações político-administrativas, elas mesmas poderiam sinalizar para a implementação e incremento de uma nova proposta de desenvolvimento socioeconômico, embora o processo ainda se faça lento e esbarra no interesse e manipulação dos “coronéis” que estão à frente da gestão de grande parte dos municípios, vinculados principalmente na produção de pinus. Essa realidade tende a cristalizar e homogeneizar ainda mais o contexto de dificuldades, fomentando um ambiente menos diversificado economicamente, sem a absorção adequada dos moradores da região.

Portanto, sem autonomia econômica para buscar um desenvolvimento socioeconômico pelo qual grande parte da população desfavorecida pelo sistema seria beneficiada. Enfim, a condição social da região de modo geral demanda atenção. A análise prossegue chamando a atenção para aspectos vinculados às cidades nesse sentido, enfatizando a dimensão do lazer.

Gráfico 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal entre 1991 a 2010



Fonte: Atlas de Desenvolvimento dos Municípios, PNUD/IPEA 2013
Organizado pelos autores

3.1 A ausência de espaços de lazer na cidade e a importância dos mesmos para a sociedade

Pensar a cidade em seu conceito geográfico mais simples, remete-nos a um aglomerado de habitações e edificações em geral, habitado por alguns milhares de pessoas, provido de infraestrutura de serviços urbanos e com autonomia político-administrativa regida por políticas públicas.

Nas palavras de Castells (1983, p. 42):

As cidades são a forma residencial adotada pelos membros da sociedade cuja presença direta nos locais de produção agrícola não era necessária. [...] Elas são os centros religiosos, administrativos e políticos, expressão espacial de uma complexidade social determinada pelo processo de apropriação e de reinvestimento do produto do trabalho.

Reforçando a questão, George apud Santos (2002) salienta que o espaço sofre influência de um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem desenvolve, produz e cria sua vida e seu espaço. Com efeito, o tempo e espaço se

amalgamam, esboçando vetores que demarcam as tendências e os desejos vinculados a inúmeros contextos e formações socioespaciais. E é mediante tal afirmação que se vislumbra as heranças e rugosidades do Contestado cravadas na identidade dos espaços geográficos investigados por esse objeto de estudo. (Santos, 2002).

Essas marcas deixam evidentes a incipiência nas dinâmicas que permeiam o ritmo de vida da maior parte das comunidades carentes do Contestado. E é, nesse sentido, que o espraiamento desigual das técnicas⁷ se confunde com as aglomerações envolvidas pelo conflito, as quais Roberto Lobato Correa (2007) denomina de pequenas cidades⁸ e que em inúmeras situações se apresentam com distorções funcionais e organizacionais, vinculadas ao processo de atraso e negligência do Estado. Evidenciando a ausência de políticas públicas que venham propiciar dinamismo e qualidade de vida à população, Lopes (2010) afirma que:

Parte dessa situação decorre do fato de elas serem praticamente invisíveis aos olhos dos técnicos e demais possíveis interessados, a exemplo de planejadores governamentais. Em trabalhos científicos, mesmo buscando características que possam ser generalizadas, focalizam-se, especialmente, as grandes unidades, pois além de saltar aos olhos, individualmente, seus problemas são também de grande magnitude. Daí que as pequenas cidades dispersas no espaço são tidas como sem importância e não se tornam objeto preferencial de pesquisa (Lopes, 2010, p. 77).

Vinculadas a esse contexto, é referenciado um dos aspectos que estão presentes na maioria dessas pequenas cidades do Contestado que mais se enquadram no perfil ao qual Corrêa (2007) retrata enquanto núcleos dependentes de recursos externos. Tal realidade é agravada pela presença da cultura de pinos cultivados nos grandes latifúndios presentes na região central catarinense, relegando à exclusão do processo produtivo de boa parte dos descendentes do grupo étnico-racial caboclo. Como assinalado antes, é uma economia pouco inclusiva e geradora de muitas exclusões para as quais esse texto não será suficiente para abarcar.

⁷ Entende-se aqui como a presença de infraestrutura condizentes na organização do espaço urbano.

⁸ Corrêa aponta cinco padrões funcionais de pequenas cidades que apresentam característica dos três primeiros decênios do presentes no início desse século: (1) – prósperos lugares centrais ocorrendo em áreas submetidas à industrialização do campo; (2) – pequenos centros funcionalmente especializados, produzindo tecidos, confecções, calçados, cerâmica, papel, móveis, equipamento para as atividades agrárias, tapetes, entre outros bens; (3) – pequenas cidades transformadas em subúrbios-dormitório; (4) – focos de concentração de trabalhadores agrícolas e, (5) – núcleos dependentes de recursos externos.

Dentre as exclusões, é notável a ausência de espaços públicos de lazer nas cidades estudadas em questão. Pensar a dimensão lúdica nos padrões de como o conhecemos na atualidade, remete-nos a uma problemática tipicamente urbana que apresenta fragilidades, deficiências e lacunas. Principalmente em pequenas cidades, por serem totalmente desprovidas de alternativas, que atendam minimamente as demandas das camadas sociais de menor poder aquisitivo.

Refletir sobre a existência de equipamentos de lazer nos pequenos espaços urbanos possibilita evidenciar algumas características pouco favoráveis quando se considera o processo de democratização vinculadas às expressividades e à participação popular no sentido de fomentar políticas públicas de lazer mais prósperas. (Marcellino, 2005). Na realidade, a dimensão lúdica dos espaços urbanos, o recrear-se, como função urbana que constava da Carta de Atenas (Le Cobusier, 1993) é uma das que menos atenção recebeu nas cidades de modo geral. Contemporaneamente, em pequenas cidades essa dimensão encontra-se esquecida. Os espaços estão ordenados funcionalmente para obter resultados econômicos. Poucos espaços são pensados para o descanso e o tempo livre.

Em uma breve enquete com moradores jovens e adultos nas cidades contempladas pelo trabalho de campo, esses indivíduos afirmaram que tinham pouco lazer, não raro com frequência de uma vez por semana ou nunca. Das atividades de lazer mencionadas, a saber, visitas à casa de parentes, ir à missa ou assistir à novela. Analisando a realidade desses espaços, o que muito se tem percebido é que os parques investimentos em equipamentos de lazer são feitos, na grande maioria, pela iniciativa privada. Logo, o espaço público passa a dispor de equipamentos de péssima qualidade ou são inexistentes, como é o caso da realidade estudada, já que o poder público vem sendo negligente ou inoperante no sentido de implementar ações para suprir minimamente às demandas elementares da sociedade local. Nem mesmo a presença de praças públicas como espaço de lazer existem nas cidades aqui arroladas (Figura 3). As poucas praças existentes em alguns dos municípios estão localizadas na sede das igrejas católicas e, mesmo assim, não oferecem

possibilidades de lazer e socialização, haja vista a falta de infraestrutura básica como: vias com calçamento, bancos, arborização, iluminação, dentre outros.

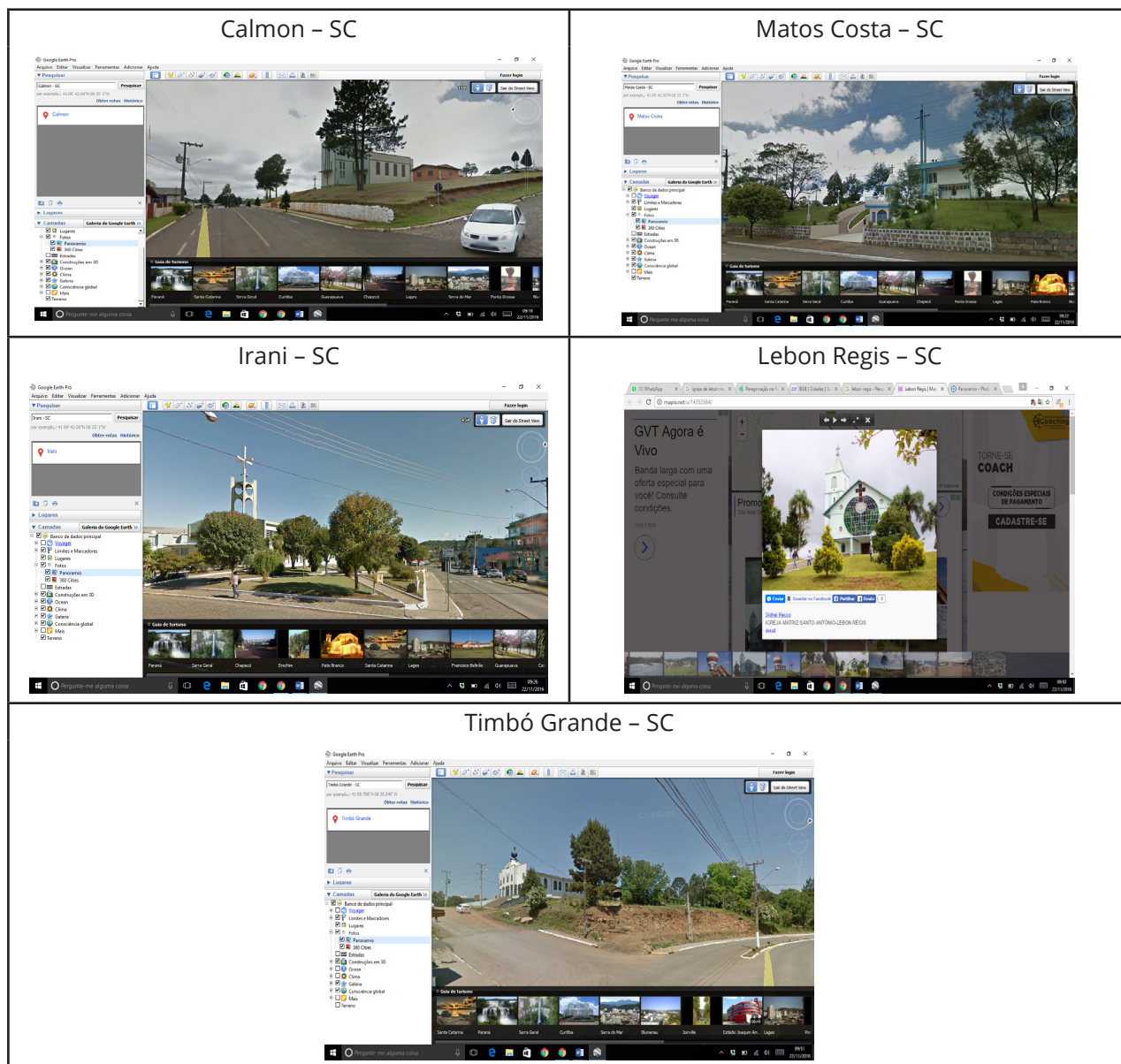
Nesse sentido Marcellino, Barbosa e Mariano (2006, p. 57) nos remete a pensar que:

As consequências das questões políticas e econômicas envolvendo o espaço acabam fazendo com que um equipamento não específico de lazer – o lar – venha se tornando (...) o principal lugar para tal atividade. (...) Nessas pequenas cidades uma outra possibilidade em se tratando de equipamentos não específicos de lazer, seriam as escolas pois contam com grandes possibilidades, em termos de espaço, nos vários campos de interesse: quadras, pátios, auditórios, salas etc. Considerando ainda seus períodos de ociosidade, em férias e fins de semana, e a existência, que pelo menos deveria ocorrer, de vínculos com a comunidade próxima. No entanto, a tão propalada abertura comunitária desses equipamentos não é verificada em sua potencialidade.

A precariedade da existência de espaços de convivência e com finalidades lúdicas na grande maioria das vezes está associada a propósitos políticos conservadores. Principalmente das populações de menor poder aquisitivo, pois restringe e limita a troca de ideias que o espaço urbano poderia proporcionar, além da restrição da disseminação da cultura local e conseqüentemente a própria manifestação das necessidades pertinentes às sociedades locais. Em síntese, isso dificulta ou inviabiliza o fomento de organizações sociais. A população menos abastada não tem acesso a espaços de lazer privados por não terem condições de pagar por isso, ficando à mercê da disseminação de uma cultura que fomenta um estilo de vida incompatível com a realidade em questão, reforçando o processo de segregação social (Raitz; Santos, 2009).

Ao refletir sobre as realidades como a dessas áreas, consideradas como miolo do Contestado é que, “encontramos cada vez menos locais para os folguedos infantis, para o futebol de várzea ou que sirvam de pontos de encontro de comunidades locais” (Marcellino; Barbosa; Mariano, 2006, p. 57). Ou seja, a própria história produzida e contada na perspectiva social, e a cultura dos espaços produzidos em decorrência desses fatos, vão perdendo sua cultura e identidade.

Figura 3 – Mosaico ilustrando as praças das Igrejas Católicas



Fonte: Google Earth Pro. Organização: autores (2022)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período da Guerra do Contestado, que se estendeu de 1912 até 1916, gerou perdas irreparáveis para o mundo caboclo, e justamente por haver essas perdas é que não se pode reduzir esse processo histórico à uma visão reducionista do conflito por si só. Havia uma população insatisfeita e desprezada; empresas que estavam obtendo ganhos facilmente; questões vinculadas à gestão do Estado e a indefinição

governamental; o processo mítico-religioso, que alimentava a fé do povo caboclo e ainda os coronéis com suas ambições e desmandos. Todos esses elementos associados a ideologias divergentes fomentaram discórdias, perseguições e processos violentos, que ceifaram milhares de vidas.

Mediante todo esse processo sangrento e cruel decorrido ao longo de muitas décadas, essas reordenações geográficas e sociais ainda evidenciam a pouca integração entre a economia e a população com outras áreas mais dinâmicas, principalmente do planalto de Santa Catarina.

Ao longo dos cem anos decorridos da Guerra do Contestado, os municípios foram desmembrados e emancipados, mas poucos com dinâmicas de prosperidade e desenvolvimento, perpetuando às marcas da pobreza deixadas pelos laivos do conflito e total descaso do Estado.

A ausência de possibilidades de vida digna para a maior parte do mundo caboclo e dos menos abastados para a maior parte dos municípios do Contestado leva ao enclausuramento doméstico da população. Justamente por não terem possibilidades de lazer em logradouros públicos, induzindo o consumo do seu tempo de ócio em suas próprias residências, quando muito, uma vez por semana participam de eventos religiosos, como missas e cultos ou oportunamente bailes, ou até mesmo jogando a famosa “pelada” em terrenos baldios com campos de futebol improvisados.

Defrontando-se com tal realidade é que se percebe cada vez mais a ausência das relações de sociabilidade e o lócus para o favorecimento dessa. Esvaecendo até mesmo as relações de vizinhança, de compadrio, reforçando a busca do lazer virtual e o simulacro do que seria o lazer, enquanto busca da qualidade de vida. O recrear-se não é supérfluo, pois é uma dimensão necessária para a reprodução saudável da vida, inclusive na contribuição que pode trazer para a sociabilidade e a manutenção dos laços de identidade e culturais.

Aferindo a realidade das cidades investigadas no trabalho de campo, fica a certeza de que os governos municipais não podem ficar atados por políticas globalizantes que acabam por enfraquecer ações que venham atender às demandas das populações

mais desprovidas de elementos estruturais concernentes ao mínimo de qualidade de vida, quais sejam infraestrutura básica e logradouros públicos para o lazer, como por exemplo, as praças para socialização.

Para não finalizar a questão, são induzidas possíveis reflexões ao poder público para que se desvincule de modelos de ocupação do solo existentes e fomenta a construção de espaços de democratização de oportunidades, criando logradouros e equipamentos públicos com sua real funcionalidade. Dessa forma, isso garante a melhoria do bem-estar, a participação social-política, o encontro, a integração, convívio e circulação de pessoas que se fazem inexistentes dos municípios abarcados por este estudo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, E. J. **O Contestado**. São Paulo. Ática, 1994.

BRASIL, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea; Fundação João Pinheiro – FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios**, Brasília: 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

CABRAL, O.R. **João Maria: interpretação da campanha do Contestado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARLOS, A.F.A.; ROSSINI, R.E. População e Processo de Estruturação do Espaço Geográfico. **Revista do Departamento de Geografia da FELCH**. São Paulo: USP, v.2, p.7-18, 1986. DOI: <https://doi.org/10.7154/RDG.1983.0002.0001>

CASTELLS, M. **A questão urbana. Rio de Janeiro**. Paz e Terra, 1983.

CORDEIRO, Â. V. O imaginário religioso na Guerra do Contestado. Rio de Janeiro: **Revista Litteris**, n.11, mar./2013.

CORREA, R. L. **Perspectivas da Urbanização Brasileira – uma visão geográfica para o futuro**. X Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Florianópolis, 2007.

DA SILVA, A.; DA ROSA, A. **Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região**. Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe. Sergipe. 2010. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/1588/1/AntesOesteCatarinense.pdf> Acesso em: 23 out. 2023

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, v.1, 1995.

FRAGA, N. C. **Vale da Morte: o Contestado visto e sentido “Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná”**. 1. ed. Blumenau: Hemisfério Sul, 2010.

FRAGA, Nilson C.; LUDKA, Vanessa M. **100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro**. XII Colóquio Internacional de Geografia Crítica - Independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX. Bogotá, Universidad Nacional de Colômbia. 2012. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/09-N-Fraga.pdf> Acesso em: 15 maio 2021.

FREDDO, A. C.; PEREIRA, C. J. OESTE CATARINENSE. História dos seus Empreendedores. Santos: eGesta - **Revista Eletrônica de Gestão de Negócios**, v.3, n.3, p. 32-76, jul.-set./2007.

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades - **Censos 1970 a 2010**. Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br, Acesso em: 13 mar. 2021.

LE CORBUSIER. **Carta de Atenas**. 1887-1965. Tradução: Rebeca Scherer. — São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1993.

LOPES, D. M. F. **Cidades pequenas do semiárido: dinâmicas sociodemográficas e marginalização**. 2010. Disponível em: Acesso em: 14 jun. 2016.

MARCELLINO, N.C. **Pedagogia da Animação**. 7.^a ed. Campinas: Papyrus, 2005.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA; F.S.; MARIANO, S. H. As Cidades e o Acesso aos Espaços e Equipamentos de Lazer, **Impulso**, Piracicaba, v.17, n.44, p. 55-66, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França, São Paulo: Ática, 1993.

RAITZ, C. S.; SANTOS, M. A. **Infraestrutura urbana de pequenas cidades catarinenses: o caso de Erval Velho**. 12^o Encuentro de Geógrafos da América Latina - Caminando en una América Latina en transformación. MONTEVIDEO – Uruguai, 2009. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/141.pdf> Acesso em: 23 out. 2023.

RAMMÉ J. Desenvolvimento municipal: análise populacional da Mesorregião do Oeste Catarinense. **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, 2011. DOI: <https://doi.org/10.17058/cepe.v0i34.2018>

RITTER, C. Reflexões epistemológicas sobre os “territórios de identidade”. **Revista Geografar**. Curitiba, v.6, n.1, p.95-109, jun./2011. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/21805> Acesso em: 23 out. 2023.

SANTA CATARINA. **Sistemas de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável - Economia - Valor Adicionado por setor Econômico**. Disponível em https://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/821380_Estudo___Ermo.pdf Acesso em: 23 out. 2023.

SANTOS, M. C. F. dos. **A Guerra do Contestado: desfazendo as amarras do esquecimento**. Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas - Artigos da seção livre PPG-LET-UFRGS – Porto Alegre – v. 06, n. 01, jan/jun 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/viewFile/13268/10332>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo. HUCITEC, 2002.

SANTOS, W. **Contestado: A guerra dos equívocos**. v. I. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, C. H. da. Território: uma combinação de enfoques – material, simbólico e espaço de ação social. **Revista Geografar**. Curitiba, v.4, n.1, p.98-115, jan./jun. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/geografar.v4i1.14430>

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: Castro, I. E.; Gomes, P. C. C.; Corrêa, R. L. (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

THOMÉ, N. Novos passos para a construção da história da educação na Região do Contestado, em Santa Catarina. **Revista HISTEDBR On-line**. n.12, Dez/2003. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/revista/revis/revis12/art14_12.htm. Acesso em: 23 out. 2023.

Contribuições de autoria

1 – Jaqueline Telma Vercezi

Doutora em Geografia

<https://orcid.org/0000-0001-7944-8219> • jaqvercezi@uel.br

Contribuição: Conceituação; Metodologia; Análise Forma; Investigação; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição; Supervisão

2 – Angela Maria Endlich

Doutora em Geografia

<https://orcid.org/0000-0001-5203-5828> • amendlich@uem.br

Contribuição: Conceituação; Metodologia; Análise Forma; Investigação; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição; Supervisão

Como citar este artigo

VERCEZI, T. J.; ENDLICH, M. A. A zona deprimida do Contestado e a ausência de espaços de lazer em pequenas cidades **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 27, e74156, p. 1-25, 2023. DOI 10.5902/2236499474156. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236499474156>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.